



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MATHEUS SOARES ALVES

**Folha Popular (1955–1960): o jornal do PCB em Sergipe como aparelho de hegemonia
na construção do discurso sobre a reforma agrária**

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2026

MATHEUS SOARES ALVES

**Folha Popular (1955–1960): o jornal do PCB em Sergipe como aparelho de hegemonia
na construção do discurso sobre a reforma agrária**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Licenciatura Plena em História da Universidade Federal
de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Fernando De Araujo Sá

SÃO CRISTÓVÃO/SE

2026

AGRADECIMENTO

À minha família — minha mãe, Josefa Alves Soares, avó, Maria José Alves dos Santos, irmão, Raphael Lucas e meu falecido pai, Carlito —, que se sacrificou desde sempre, acreditando que a educação era o único caminho para almejar voos cada vez mais altos e que me permitiu sonhar em meio à realidade de uma família trabalhadora.

Aos meus camaradas/amigos, que me apoiaram quando eu mesmo duvidei e que tiveram grande participação não só neste trabalho, mas na minha formação intelectual, através de formações partidárias, rodas de conversas, mesa de bares e vários outros locais, afinal, a educação não escolhe onde vai acontecer.

Gostaria também de agradecer ao Departamento de História e a todo corpo docente que fez parte desses anos, contribuindo para minha formação acadêmica e profissional, em especial ao Professor Doutor Antônio Fernando De Araujo Sá, que orientou esse trabalho.

Este trabalho contém uma parte de cada pessoa que me fez bem durante esta longa e cansativa trajetória.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa o *Jornal Folha Popular*, órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Sergipe, publicado em Aracaju entre 1954 e 1964, com recorte principal nos anos de 1955 a 1960. O objeto de estudo é tratado como um agente histórico ativo, fonte e dispositivo estratégico de disputa simbólica, responsável pela construção de um discurso específico sobre a questão agrária, representando o camponês e a reforma agrária como elementos centrais na luta anti-imperialista e pela revolução nacional-democrática.

A metodologia adotada segue a perspectiva da Nova História Cultural, com ênfase na "leitura a contrapelo" proposta por Tânia Regina de Luca (2005). Inclui a análise das condições de produção do jornal (editores, público-alvo, financiadores), exame cronológico das edições disponíveis, cruzamento sistemático com documentos partidários (como resoluções do IV e V Congressos do PCB), discursos de Luís Carlos Prestes, textos das Ligas Camponesas e jornais da grande imprensa. Mobiliza conceitos de Antonio Gramsci (aparelho de hegemonia) e Vladimir Lenin (organizador coletivo) para investigar as funções propagandistas, agitadoras e consensuais do periódico.

A contribuição da análise reside na revelação das oscilações discursivas do jornal, diretamente atreladas às diretrizes nacionais do PCB: priorização do sindicalismo rural legal via ULTAB em 1955, silêncio relativo em 1956 devido à desestalinização, retomada em 1959 sob a bandeira da Declaração de Março de 1958, e subordinação eleitoral em 1960. O estudo demonstra como a *Folha Popular* atuou na disputa hegemônica no campo sergipano, dentro de limites reformistas, destacando contradições do projeto pecebista às vésperas do golpe de 1964. Contribui para a historiografia regional, valorizando a imprensa militante como ferramenta de mobilização e formação ideológica, e reforça a importância de fontes partidárias na compreensão das lutas agrárias no Nordeste brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: PCB, FOLHA POPULAR, JORNAL REFORMA AGRÁRIA

RESUMEN

Este Trabajo de Conclusión de Curso analiza el periódico *Folha Popular*, órgano oficial del Partido Comunista Brasileño (PCB) en Sergipe, publicado en Aracaju entre 1954 y 1964, con recorte principal en los años de 1955 a 1960. El objeto de estudio se trata como un agente histórico activo, fuente y dispositivo estratégico de disputa simbólica, responsable de la construcción de un discurso específico sobre la cuestión agraria, representando al campesino y la reforma agraria como elementos centrales en la lucha antiimperialista y por la revolución nacional-democrática.

La metodología adoptada sigue la perspectiva de la Nueva Historia Cultural, con énfasis en la "lectura a contrapelo" propuesta por Tânia Regina de Luca (2005). Incluye el análisis de las condiciones de producción del periódico (editores, público objetivo, financiadores), examen cronológico de las ediciones disponibles, cruce sistemático con documentos partidarios (como resoluciones del IV y V Congresos del PCB), discursos de Luís Carlos Prestes, textos de las Ligas Campesinas y periódicos de la gran prensa. Moviliza conceptos de Antonio Gramsci (aparato de hegemonía) y Vladimir Lenin (organizador colectivo) para investigar las funciones propagandistas, agitadoras y consensuales del periódico.

La contribución del análisis reside en la revelación de las oscilaciones discursivas del periódico, directamente atadas a las directrices nacionales del PCB: priorización del sindicalismo rural legal vía ULTAB en 1955, silencio relativo en 1956 debido a la desestalinización, retomada en 1959 bajo la bandera de la Declaración de Marzo de 1958, y subordinación electoral en 1960. El estudio demuestra cómo la *Folha Popular* actuó en la disputa hegemónica en el campo sergipano, dentro de límites reformistas, destacando contradicciones del proyecto pecebista en vísperas del golpe de 1964. Contribuye a la historiografía regional, valorizando la prensa militante como herramienta de movilización y formación ideológica, y refuerza la importancia de fuentes partidarias en la comprensión de las luchas agrarias en el Nordeste brasileño.

Palabras clave: PCB, FOLHA POPULAR, JORNAL REFORMA AGRÁRIA

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Expediente do Folha Popular	19
Figura 2 – Denuncia aos Latifúndios	21
Figura 3 – Denuncia aos Latifúndios	21
Figura 4 – Sindicalismo Rural como saída	22
Figura 5 – Campanha pela Reforma Agrária	23
Figura 6 – 1º Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas	24
Figura 7 – Reforma Agrária e Nacionalismo	26
Figura 8 – Sergipe e a Reforma Agrária	26
Figura 9 – I Conferência da ULTAB	27
Figura 10 – I Conferência da ULTAB	28
Figura 11 – Ataques a Jânio	29
Figura 12 – Exaltação de Lott	29
Figura 13 – Dutra é exemplo?	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CC – Comitê Central

EUA – Estados Unidos da América

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JORNAIS ENQUANTO OBJETO, FONTE E AGENTE.	11
3. O JORNAL COMO ÓRGÃO PARTIDÁRIO	13
4. A TRAJETÓRIA DOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA DO PCB	15
4.1. O PCB EM SERGIPE	16
4.2. A QUESTÃO AGRÁRIA NO PCB	18
5. O JORNAL FOLHA POPULAR O PERIÓDICO SERGIPANO DO PCB	19
5.1. FOLHA POPULAR 1955-1956	21
5.2. FOLHA POPULAR 1959	25
5.3. JORNAL FOLHA POPULAR 1960	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	34

1. INTRODUÇÃO

Os jornais, durante muito tempo, foram vistos pela historiografia tradicional como fontes de segunda categoria: fragmentárias, passionais e pouco confiáveis para a reconstituição “objetiva” do passado. Como observa Tânia Regina de Luca (2005, p. 112), os periódicos eram considerados “enciclopédias do cotidiano” carregadas de interesses, compromissos e paixões, incapazes de oferecer mais do que imagens parciais e distorcidas da realidade. Essa visão, porém, sofreu profunda transformação a partir da Escola dos Annales e, sobretudo, com a Nova História Cultural. A subjetividade deixou de ser obstáculo para tornar-se o próprio objeto de investigação. O jornal passou a ser interrogado não apenas pelo que diz, mas pelo que escolhe dizer, pelo que silencia e pelas intenções políticas e ideológicas que orientam sua redação.

É nessa perspectiva que o presente Trabalho de Conclusão de Curso se insere. Ele toma como objeto central o jornal *Folha Popular*, periódico sergipano ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), publicado em Aracaju entre 1954 e 1964 (com ênfase no recorte 1955-1960). Mais do que fonte de informações sobre a questão agrária em Sergipe, o impresso é analisado como agente histórico ativo, capaz de intervir no debate público, moldar representações sociais e atuar como instrumento de agitação, propaganda e organização política.

A escolha do tema justifica-se por três razões principais. Em primeiro lugar, a *Folha Popular* constitui um exemplo de imprensa militante de esquerda no Nordeste brasileiro em plena década de 1950, período marcado pela redemocratização pós-Estado Novo, pela Guerra Fria e pelo acirramento das lutas camponesas. Em segundo lugar, o jornal permite acompanhar, em tempo real, as oscilações da linha política do PCB – do IV Congresso (1954) à Declaração de Março de 1958 e ao V Congresso (1960) –, especialmente no que diz respeito à questão agrária. Por fim, o estudo contribui para a historiografia regional sergipana, ainda carente de análises sobre a atuação da imprensa partidária na construção do discurso sobre a reforma agrária.

O problema central que orienta esta pesquisa pode ser formulado da seguinte maneira: de que forma o jornal *Folha Popular*, enquanto órgão oficial do PCB em Sergipe, construiu uma representação específica sobre a questão agrária e o papel do camponês entre 1955 e 1960, atuando simultaneamente como aparelho de hegemonia (Gramsci) e organizador coletivo (Lenin)?

Como objetivo geral, busca-se compreender o jornal não como mero veículo de transmissão de ideias, mas como dispositivo estratégico de construção de consenso e de disputa simbólica no campo da luta pela terra.

O referencial teórico apoia-se principalmente em três autores. Tânia de Luca (2005) fornece as ferramentas para a “leitura a contrapelo” dos jornais como objeto e fonte. Nelson Werneck Sodré (1997) permite compreender a imprensa como parte indissociável da história do capitalismo e, no caso militante, como sua contravenção. Antonio Gramsci (2024) e Vladimir Lenin (2020) são mobilizados para pensar o jornal como aparelho de hegemonia e organizador coletivo, respectivamente. A esses se somam estudos específicos sobre o PCB (Carone, 1982; Morais, 2012; Pereira, 2012) e sobre a trajetória do partido em Sergipe (Dantas; Oliveira, 2014; Seixas, 2018).

A fonte primária principal é o acervo da *Folha Popular* (edições disponíveis entre 1955 e 1960). O tratamento do material segue as recomendações de Luca: descrição dos responsáveis, identificação do público-alvo, análise das condições de produção e cruzamento constante com outras fontes (documentos do PCB, discursos de Prestes, textos das Ligas Camponesas, jornais da grande imprensa e bibliografia especializada). As figuras extraídas do jornal são utilizadas não apenas como ilustração, mas como evidência analítica das estratégias visuais e discursivas empregadas.

O trabalho está organizado em cinco partes. O primeiro discute o jornal enquanto objeto, fonte e agente histórico, apresentando o referencial teórico. O segundo analisa o jornal como órgão partidário, destacando sua função leninista e gramsciana. Os capítulos seguintes traçam a trajetória dos órgãos de imprensa do PCB nacional e em Sergipe, com ênfase na questão agrária. O quarto capítulo – núcleo empírico da pesquisa – realiza a análise cronológica das edições da *Folha Popular* entre 1955 e 1960. Por fim, as Considerações Finais retomam os principais achados e refletem sobre o lugar da imprensa militante na história da luta pela terra em Sergipe.

Ao final, espera-se contribuir para uma compreensão mais nuançada de como um pequeno jornal impresso em Aracaju, em pleno contexto de repressão e ilegalidade, tentou disputar o sentido da questão agrária e orientar a ação política de militantes e camponeses. Mais do que recuperar fatos, o trabalho busca recuperar o próprio modo como se tentou, naquele momento, construir uma nova hegemonia sobre a terra brasileira.

2. JORNAIS ENQUANTO OBJETO, FONTE E AGENTE.

Na historiografia tradicional, tinha-se a direção que as fontes deveriam ser neutras, fidedignas com a realidade e passar credibilidade, por isso por muito tempo se fez história baseado apenas nos documentos tidos como oficiais, como documentos estatais. Como pontua Tânia de Luca.

Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas "enciclopédias do cotidiano" continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p.112)

Contudo, a partir da renovação historiográfica empreendida pela Escola dos *Annales* e, posteriormente, pela Nova História Cultural, essa subjetividade apontada por Luca (2005, p.112) deixou de ser encarada como um obstáculo para tornar-se o ponto principal da investigação. Ao abandonar a pretensão de uma verdade absoluta e neutra, o historiador passou a interrogar os periódicos não apenas pelo que eles narram, mas pelas escolhas políticas e ideológicas implícitas em sua redação. Nesse sentido, o jornal deixa de ser um espelho passivo da realidade para ser compreendido como um agente histórico dotado de intencionalidade, capaz de intervir no debate público e moldar representações sociais. No caso de um periódico de natureza militante, como a *Folha Popular*, essa característica se acentua, uma vez que o impresso atua como uma arena de disputa hegemônica, onde o discurso sobre a reforma agrária em Sergipe é construído com o objetivo deliberado de mobilização e conscientização política.

Os jornais não atuam como simples propagadores de notícias e como um espelho simples da realidade, são moldados por aqueles que os dirigem e também refletem o meio de produção a que estão inseridos. De acordo com Sodré (1997, p.1), a história da imprensa – nesse caso referindo-se a jornais impressos – é uma peça, uma parte indissociável da história do próprio capitalismo, justamente por isso “a imprensa tem sido governada, em suas operações, pelas regras gerais da ordem capitalista”

Precisamente porque os jornais operam dentro de uma engrenagem ideologicamente aparelhada (seja pelos veículos de comunicação econômicos dominantes ou pelos canais subversivos), torna-se essencial atentar-se a diversos aspectos ao utilizá-los como objeto de estudo ou fonte primária. Nesse sentido, conforme aponta Tânia de Luca (2008, p.142), é fundamental elencar pontos como a identificação e descrição dos responsáveis pelo jornal ou

pela matéria, o público-alvo, os financiadores, além da análise integral do material, entre outros. No caso específico do jornal *Folha Popular*, os dados disponíveis sobre essas questões são escassos; no entanto, é possível formular hipóteses com base nas próprias páginas do periódico. O financiamento, por exemplo, provavelmente ocorria por meio de sorteios realizados entre os próprios leitores, enquanto o público-alvo consistia no proletariado urbano, com ênfase nos bairros mencionados ao longo das edições, como Agamenon Magalhães e Siqueira Campos.

Ao considerar o jornal como um objeto de pesquisa, é fundamental que o historiador não se limite ao conteúdo textual manifesto, mas que realize uma "leitura a contrapelo". Segundo Tânia de Luca (2005), isso implica investigar as condições de produção do impresso, o que envolve compreender desde a trajetória política dos seus editores até as alianças econômicas que sustentavam a circulação do periódico. No caso da *Folha Popular*, essa análise torna-se ainda mais estratégica, pois o jornal não apenas noticiava os conflitos agrários em Sergipe, mas atuava como um dispositivo de legitimação das demandas camponesas, transformando a notícia em ferramenta de luta e resistência.

Dessa forma, a utilização do jornal como fonte exige o cruzamento constante com outros documentos, a fim de tensionar as narrativas apresentadas. Se, conforme Sodré (1997) aponta, a imprensa está submetida às regras da ordem capitalista (ou à contravenção delas, no caso da imprensa Partidária), o pesquisador deve identificar as estratégias discursivas utilizadas para construir a imagem do narrador, seja ele pró ou contra, na pauta de reforma agrária, como é o sugerido por esse trabalho.

Portanto, ao debruçar-se sobre as páginas da *Folha Popular*, este trabalho busca não apenas extrair "fatos" sobre a reforma agrária, mas compreender como esse jornal construiu uma representação social específica sobre a terra e o trabalhador. Trata-se de enxergar o impresso como um campo de batalha simbólico, onde a linguagem é utilizada para moldar a opinião pública e articular movimentos sociais, consolidando o jornal como um agente político indispensável para a compreensão da história regional e das disputas de poder no campo.

3. O JORNAL COMO ÓRGÃO PARTIDÁRIO

A compreensão do jornal como órgão partidário ou militante exige que o historiador o analise não como um veículo de informações generalistas, mas como uma ferramenta de organização e luta política. Diferente da grande imprensa, que muitas vezes busca ocultar suas inclinações sob um manto de neutralidade, o jornal partidário assume abertamente sua parcialidade. Como pontuado anteriormente, se a imprensa é governada pelas regras da ordem capitalista, os periódicos de resistência ou vinculados a partidos operam em uma lógica de contra-hegemonia, utilizando o material impresso para aglutinar militantes e difundir uma doutrina específica.

Além disso, o jornal partidário também funciona como um organizador coletivo de lutas e ideias, Nesse sentido, Lenin (1901)¹ oferece uma base teórica fundamental ao definir que "o papel de um jornal não se limita, todavia, a difundir ideias, a educar politicamente e a atrair aliados políticos". Para o autor, o periódico deve atuar simultaneamente como um propagandista, um agitador e, acima de tudo, um organizador coletivo.

Essa característica de "organizador coletivo" significa que o jornal funciona como o andaime de um edifício em construção: ele estabelece uma rede de contatos, comunicações e tarefas comuns que dão coesão ao corpo partidário. Ao analisarmos a *Folha Popular* sob esta ótica, percebemos que ela não apenas noticiava a reforma agrária, mas servia como o "fio de prumo" que orientava a ação dos militantes no campo. Como Lenin (2020, p.170) defende, sem um órgão político regular, torna-se impossível realizar uma agitação política em todos os aspectos e coordenar as denúncias necessárias para elevar a consciência das massas.

Por conta dessa questão do alinhamento ideológico, Para (SANTOS, 2018, p. 37) o engajamento com determinadas causas dos jornais que fazem parte de uma estrutura partidárias podem ser visto com bons olhos por uma certa parcela da sociedade, principalmente aquelas que já tem o alinhamento política e ideológico, mas também ser visto com olhar desviante e de julgamento, sendo colocado como desqualificado por outra parcela da sociedade.²

Portanto, o jornal partidário deixa de ser um espelho passivo para se tornar um instrumento ativo na criação de uma "atividade revolucionária comum". No contexto sergipano,

¹ LÊNIN, V. I. Por onde começar. 1901. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>>

a existência de um impresso desse tipo permitia que o partido ou grupo político transcendesse as lutas locais e econômicas imediatas, integrando-as em um projeto político mais amplo. A análise da *Folha Popular* revela, assim, a aplicação prática da tese leninista: o jornal como o ponto de partida prático para a construção da organização e a unificação do discurso ideológico frente aos poderes estabelecidos.

Dado essa questão do jornal enquanto instrumento ideológico, é importante traçar uma definição do que é ideologia e como isso infere na forma como uma imprensa atua em sociedade. Sob a ótica de Antonio Gramsci (2024), a ideologia transcende a noção de mera 'falsa consciência', configurando-se como uma concepção de mundo que se manifesta concretamente na cultura e nas instituições. Para o autor, a ideologia atua como o elemento de coesão de um bloco histórico, sendo o terreno onde os homens adquirem consciência de sua posição social. Nesse contexto, o jornal não é um mero transmissor de notícias, mas um 'aparelho de hegemonia' fundamental, responsável por organizar o consenso e difundir valores que sustentam ou desafiam o poder estabelecido.

Uma “ideologia”, poderia se dizer, se ao termo “ideologia” se confere precisamente o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas (Gramsci, Antonio, 1999, p.98-99)

Já para Marilena Chauí a questão da ideologia segue um caminho similar, Segundo Marilena Chaui (2008), a ideologia não deve ser entendida meramente como um conjunto de ideias (um ideário), mas como um dispositivo histórico e social que atua para "ocultar a realidade". Esse processo de ocultamento possui uma função política clara: assegurar a permanência da exploração econômica e da dominação de classe, fazendo com que as desigualdades sociais pareçam inexistentes ou naturais.

Para esse trabalho seguiremos mais alinhado com a percepção de Gramsci, afinal, a principal função de uma imprensa partidária é a busca pela hegemonia de “corpos e mentes”, Na percepção de Gramsci, a hegemonia pressupõe a conquista do consenso e do comando cultural e político-ideológico de uma classe sobre as outras. Esta direção não se limita ao governo, mas espalha-se por toda a sociedade. Conforme explica o autor:

Todo Estado é ético na medida em que uma das suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível | cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. (GRAMSCI, 2024, p. 1761)

A hegemonia, portanto, não é um estado estático, mas um processo dinâmico consolidado em embates que transcendem a estrutura econômica. Ela se manifesta no plano ético-cultural por meio de modos de representação e saberes que buscam a universalização para equilibrar os mecanismos de coerção e consenso. Conforme a perspectiva gramsciana, esse terreno é o próprio palco da luta de classes, onde a hegemonia é permanentemente disputada. Nesse cenário, o jornal *Folha Popular*, de acordo com Raymon Williams (1979, p.114) operava como um instrumento de criação de uma “hegemonia alternativa” ao tensionar o bloco histórico dominante e buscar a fundamentação de um novo consenso social.

4. A TRAJETÓRIA DOS ÓRGÃOS DE IMPRENSA DO PCB

A década de 1920 no Brasil foi marcada por uma profunda crise na hegemonia das oligarquias agrárias, abrindo espaço para novos atores políticos e ideológicos. Nesse contexto, a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em março de 1922, representou um marco na organização da classe operária sob a influência da Revolução Russa de 1917. Conforme registra Astrojildo Pereira, um dos fundadores da legenda, o partido nasceu da necessidade de uma vanguarda que superasse o "espontaneísmo" anarquista e desse coesão ao movimento proletário nacional, estruturando-se com base no centralismo democrático e na adesão à Internacional Comunista (PEREIRA, 2012, p. 45).

A trajetória inicial do partido foi marcada por intensos desafios legais e repressivos, visto que o Estado brasileiro, sob o domínio das oligarquias, via com temor a ascensão de ideais revolucionários. Apenas quatro meses após sua fundação, o PCB foi colocado na ilegalidade, condição que permearia a maior parte de sua história no século XX. Como aponta a historiografia sobre o período, essa marginalização institucional forçou o partido a desenvolver estratégias de resistência e organização interna que, embora dificultassem a comunicação de massa, consolidaram sua identidade como um núcleo de oposição sistemática ao sistema vigente, buscando alinhar as demandas locais do operariado brasileiro às diretrizes globais do movimento comunista

No início da década de 1940, o Partido Comunista do Brasil (PCB) enfrentava uma severa crise organizacional, encontrando-se praticamente desagregado e fragmentado em núcleos esparsos após a prisão de membros de seus comitês em São Paulo e do Comitê Central entre 1939 e 1940.

Sem possuir um órgão centralizador, sem poder funcionar de maneira unificada como rezava seus estatutos, o partido realmente encontra-se desarticulado, fragmentado, formado por núcleos esparsos, espalhados pela Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e até no exílio, a maioria deles sem manter comunicação entre si, muitos praticamente desconhecendo a existência uns dos outros e suas respectivas posições: é que a ditadura do Estado Novo não só prenderá boa parte dos seus militantes, mas também infiltrar policiais no próprio movimento, fato que levava os ativistas a temerem contatos que pudessem pôr em perigo seus quadros (CARONE, 1982, p.1)

A ditadura do Estado Novo não apenas prendeu grande parte de seus militantes, mas também infiltrou policiais no próprio movimento, o que levava os ativistas a temerem contatos que pudessem pôr em perigo seus quadros e impedia uma comunicação unificada. Este cenário de isolamento começou a se transformar com a internacionalização da Segunda Guerra Mundial; a partir de julho de 1941, o partido adotou uma nova posição política favorável à entrada do Brasil na luta ao lado dos Aliados, vendo-se reforçado pela participação da URSS e dos EUA no conflito.

Com o advento da redemocratização em 1945, “O PCB cresceu de modo excepcional com a legalidade em 1945. Pela primeira vez em sua história torna-se um Partido de massa” (CARONE, 1982, p 5). Entretanto, esse período de legalidade foi breve: em janeiro de 1948, o partido entrou em uma nova fase de repressão sob o governo Dutra, retornando à ilegalidade.

Mesmo com o retorno à ilegalidade em 1948 sob o governo Dutra , a legenda demonstrou resiliência ao articular alianças estratégicas ao amadurecer seu programa político em torno da questão agrária e anti-imperialista. Esse processo de amadurecimento, impulsionado por debates internos como a "desestalinização" a partir de 1956 , consolidou o PCB como um ator central na luta pelas reformas de base e na tentativa de superação do "atraso e miséria" impostos pelo monopólio da terra no Brasil

4.1. O PCB EM SERGIPE

Em Sergipe, a transição do PCB para a legalidade em 1945 evidenciou uma estratégia de "união nacional" que buscava equilibrar a mobilização popular com a estabilidade institucional. Ao mesmo tempo em que o partido servia como "principal força mobilizadora na campanha pela anistia" e apoiava o movimento estudantil, adotava uma postura pragmática de apoio a Getúlio Vargas através do movimento queremista, visando garantir a convocação de uma Assembleia Constituinte (DANTAS, p.160).

Essa tática permitiu que a legenda expandisse sua influência para além da capital, encontrando receptividade em cidades do interior como "Propriá, São Cristóvão, Maruim e talvez Estância" (DANTAS, 2022, p.161). Embora o foco inicial fosse o operariado e os funcionários públicos, essa interiorização em Sergipe, pautada pela mensagem de Luís Carlos Prestes de "ordem, paz e tranquilidade" (DANTAS, 2022, p.161), foi o passo inicial para que as demandas por mudanças na estrutura fundiária começassem a ecoar nos núcleos do interior, conectando a luta urbana pela democracia à necessidade histórica de reforma agrária no campo sergipano.

A transição para a legalidade em 1945 permitiu ao PCB consolidar-se, pela primeira vez, como um verdadeiro "partido de massa", expandindo sua estrutura orgânica para além dos núcleos conspiratórios. Em Sergipe, esse fortalecimento institucional manifestou-se na instalação de seu comitê estadual no Cine-Teatro Rio Branco, em agosto de 1945, evento que foi precedido por uma intensa mobilização popular através de comícios nos bairros de Aracaju (DANTAS, 2022, p.160-161).

A composição da liderança sergipana refletia a estratégia de "União Nacional" defendida pelo partido, buscando criar uma base urbana sólida que servisse de suporte para a futura interiorização das lutas sociais e das demandas pela reforma agrária.

Ao adentrar o recorte temporal desta pesquisa, situado na década de 1950, observa-se que o PCB em Sergipe apresentava uma estrutura orgânica notavelmente ativa e capilarizada, a despeito do contexto de clandestinidade e da linha política sectária adotada após agosto de 1950.

Nesse período, o partido transcendia os limites da capital, fazendo-se presente em outras 14 cidades do interior, o que evidenciava um esforço estratégico de expansão para além dos centros urbanos (LISTA DE CONTRIBUIÇÃO DAS CÉLULAS E COMISSÕES MUNICIPAIS apud OLIVEIRA, 2014, p.192). Em Aracaju, a organização se consolidava através de cerca de duas dúzias de células distribuídas por bairros populares e por setores produtivos estratégicos, incluindo as fábricas Confiança e Sergipe Industrial.

Esse formato organizacional era fundamental para que o partido, mesmo sob perseguição, pudesse maturar as discussões sobre a realidade camponesa e a necessidade de uma reforma agrária que rompesse com o arcaísmo latifundiário sergipano.

4.2. A QUESTÃO AGRÁRIA NO PCB

O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 1922 e reorganizado em diversas fases ao longo do século XX, sempre posicionou a questão agrária como um elemento central em sua análise da sociedade brasileira. Influenciado pela teoria marxista-leninista, o PCB via no latifúndio e nas relações semifeudais de produção rural a base econômica da dominação imperialista e da burguesia nacional, impedindo o desenvolvimento soberano do país. Entre 1943 e 1964, período marcado pela redemocratização pós-Estado Novo, pela Guerra Fria e pelo ascenso de movimentos sociais, o PCB articulou propostas de reforma agrária mais voltadas ao institucionalismo, mas aliando-se a lutas camponesas e enfrentando repressões estatais.

No contexto da redemocratização de 1945, o PCB emergiu como uma força política significativa, elegendo parlamentares e defendendo reformas estruturais. Uma das primeiras manifestações concretas de sua visão agrária ocorreu na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, quando a bancada do PCB, segundo Prestes (2012, p.17) “a propriedade da terra em nossa pátria está concentrada nas mãos de uma minoria.”. A proposta defendia o confisco de terras latifundiárias sem indenização, a distribuição gratuita de terras aos camponeses sem-terra ou com pouca terra, e a abolição de formas semifeudais de exploração, como a "meia" e a "terça". Além disso, incluía medidas como anulação de dívidas camponesas, garantia de preços mínimos para a produção e apoio estatal técnico e financeiro para o cultivo (Prestes, 2012a, p. 17-18).

O retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos 10 anos da ditadura de Vargas, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos estados brasileiros. nesse esforço se destacou, naquele período, o partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agrupações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários (MORAIS, 2012, p.21)

A partir de 1958, com a publicação da Declaração de Março, o PCB operou uma virada estratégica fundamental, adotando uma "via pacífica" para o socialismo e defendendo a necessidade de uma revolução nacional-democrática. O partido passou a priorizar alianças

amplas, inclusive com setores da burguesia nacional, para combater o imperialismo e o latifúndio, considerado a base econômica da reação no país.

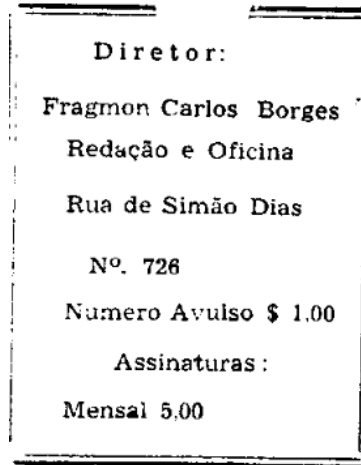
Entretanto, a relação do PCB com as Ligas Camponesas ressurgidas nos anos 50 foi marcada por tensões ideológicas. Enquanto o partido mantinha uma postura mais reformista e cautelosa, focada na utilização do Código Civil para garantir direitos de posse e contratos, setores mais radicais e dissidências à esquerda criticavam essa "conciliação de classes". O PCB chegou a combater os métodos "massivos" e as tendências mais insurrecionais de algumas alas das Ligas, por considerar que a correlação de forças ainda não permitia um confronto direto pelo poder.

No final dos anos 50 e início dos 60, período analisado por esse trabalho, O Partido Comunista se guiava pela "Declaração de Março de 1958", que consolidou uma linha política que priorizava a luta pelas reformas de base, identificando o latifúndio como um dos principais entraves ao desenvolvimento do capitalismo nacional e à democratização do país. Para os comunistas, a revolução brasileira encontrava-se em uma fase "democrático-burguesa", na qual a eliminação dos restos feudais no campo era essencial para ampliar o mercado interno e fortalecer a indústria nacional.

5. O JORNAL FOLHA POPULAR O PERIÓDICO SERGIPANO DO PCB

O jornal *Folha Popular*, fundado em 1954 em Aracaju, foi um dos principais dispositivos de agitação e propaganda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado de Sergipe. Atuando em um cenário de intensa polarização ideológica e repressão intermitente, o periódico transcendia a mera função informativa ao se posicionar como um veículo de formação política e mobilização da classe trabalhadora urbana e camponesa. Através das colaborações de intelectuais como Fragmon Borges, que era diretor do periódico (Figura 1), além disso "foi Jornalista, orador, dirigente do extinto jornal do Partido Comunista Brasileiro, *A Verdade* (SE), dirigido por José Waldson Campos, militou como secretário de divulgação e propaganda do partido. Estudioso da questão agrária, o sergipano de Frei Paulo, destacou-se como quadro do Partido Comunista Brasileiro de Pernambuco" (GILFRANCISCO, 2015) e Agonalto Pacheco, que foi "do jornal sergipano '*Folha Popular*' em 1954 e entre os anos de 1958 a 1961, exerceu o mandato de vereador do município de Aracaju, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), já que o PCB tinha se tornado ilegal." (SEIXAS, 2018).

Figura 1 – Expediente do Folha Popular



Fonte: Folha Popular Nº 33 (1955)

Em 1955 o Partido Comunista do Brasil (PCB) tinha acabado de realizar, um ano antes seu IV Congresso, depois de um hiato de 25 anos, por conta das perseguições e ilegalidades. Nesse trabalho iremos analisar o jornal *Folha Popular* e suas formulações sobre reforma agrária, agitações, etc, no período entre 1955 e 1960, ou seja, iremos também adentrar as questões congressuais do IV e do V Congresso do PCB, que serviam de guia e orientador político para a redação do periódico sergipano.

O IV Congresso coloca os latifundiários como um dos principais causadores da miséria do povo, principalmente do povo camponeses, uma das medidas trazidas pelo congresso que guia o periódico sergipano, e também outros ao redor do Brasil, é:

confiscação de todas as terras dos latifundiários e entrega dessas terras, gratuitamente, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si. A divisão das terras será reconhecida por lei e a cada camponês será entregue o título legal de sua propriedade. (PCB, 1954)

Com base nisso adentraremos no jornal de fato, analisando as edições que trazem tópicos sobre reforma/revolução Agrária ou sobre as lutas camponesas por terras, trazendo a questão política sergipana e como o jornal trabalhava, agitava esses pontos.

5.1. FOLHA POPULAR 1955-1956

Em 1955 o PCB encerrava o seu IV Congresso, que definiu como inimigos principais os latifundiários e os imperialistas estadunidenses e também os Governos que se apoiavam nesses dois, como foi o Governo de Dutra e Café Filho.

Inclusive, no ano de 1955 se iniciava mais um ano eleitoral, onde o PCB iria voltar sua imprensa para o setor, onde apoiou JK (PSD) e Jango (PTB), onde reforçou sua aliança com os trabalhistas.

Mais do que nunca é indispensável que os trabalhistas e comunistas, que constituem as duas maiores e mais poderosas correntes do movimento operário em nosso país, unam suas forças, estreitam-se fraternalmente as mãos na luta comum contra um inimigo comum (PRESTES, 1954 apud CARONE, 1982, p.124)

Contudo, nosso foco com essa pesquisa não é a questão eleitoral, mas a questão agrária. Em 1954, as Ligas Camponesas estavam se organizando de forma mais concreta, mas ainda sob influência de partidos de esquerda, como o PCB e PSB, o surgimento dessas organizações ocorreu em um contexto de crise do modelo de industrialização dependente. Embora a fundação da primeira liga tenha ocorrido em 1º de janeiro de 1955, terreno político foi pavimentado anteriormente pela articulação nacional dos trabalhadores rurais.

Figura 2 – Denúncia aos Latifúndios



Fonte: Folha Popular Nº 33 (4/6/1955)

Figura 3 – Denúncia aos Latifúndios

SEM TERRA OS CAMPONESES

O regime de latifúndios e de sobrevivências feudais que domina em nossa agricultura é a causa da miséria e dos sofrimentos de cerca de 30 milhões de pessoas que vivem no campo.

Enquanto 149.000 latifundiários dominam dois terços de todas as terras, mais de 10 milhões de cam-

poneses não possuem terra nenhuma.

Assim vivem também os camponeses sergipanos, sem terra e vítimas da brutal exploração dos donos das terras.

Como os camponeses de todo o Estado, atravessam os trabalhadores do município de São Cristóvão, tremendas privações. São milhares de homens e

O Latifúndio Causa da Miséria e dos Sofrimentos dos Camponeses

mulheres que desejam produzir, mas não podem satisfazer essa aspiração porque as terras estão concentradas nas mãos de Raul Roemberg, José Pinto, dr. Pedrito, Pedro Amado, Fa-

inteiro começam a despertar e a se convencerem de que só há um caminho para os seus angustiantes problemas: a união e organização em sindicatos e ligas camponesas.

Fonte: Folha Popular Nº 34 (18/6/1955)

Mesmo com essas lutas camponesas acontecendo, inclusive, em Sergipe, de acordo com Morais (2012, p.88) que teve em torno de 4 ligas camponesas (contabilizadas em meados de 1963), onde uma delas se Localizava na cidade de São Cristóvão. O jornal *Folha Popular* fazia uma mescla de matérias denunciantes, como visto na figura 2 e 3 e uma agitação pelo sindicalismo rural (figura 4)

Figura 4 – Sindicalismo Rural como saída

FOLHA POPULAR

25-6-955

O Sindicato Rural e Suas Vantagens

O DIREITO DE ORGANIZAÇÃO

A organização de Sindicatos é um direito garantido pelas Leis: Decreto-lei 7.050 de 10 de novembro de 1944, que estabelece as normas para a fundação dos Sindicatos Rurais; Portaria Ministerial Nº 14, de 19 de Março de 1945, que regula o processo de seu reconhecimento.

Além dessas Leis, que fazem parte da Consolidação das Leis do Trabalho, a Constituição Federal, em seu artigo 159, diz: "É livre a associação profissional ou sindical, sendo regulada por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público."

QUE É UM SINDICATO

volvem ao trabalho quando a assembleia do Sindicato aprovar.

O Sindicato não tem filiação partidária, isto é, não é nenhum partido político. A política do Sindicato é a política dos trabalhadores, dos seus interesses econômicos, bem estar das famílias, etc.

O Sindicato por si só nada resolve. São os associados que resolvem tudo nas reuniões ordinárias e extraordinárias. O Sindicato é a trincheira dos trabalhadores, é a união que faz a força que resolve tudo. Os trabalhadores, colonos ou

assalariados entram para o Sindicato para lutar por seus direitos, pois só com a organização, a união e a luta é que conseguem quebrar a espinha dos patrões que por sua vez são organizados e gozam de todos os favores do governo.

O Sindicato também tem a finalidade de dar assistência jurídica, hospitalar e dentária aos seus associados. Mas a principal função do Sindicato é organizar e unir os trabalhadores para a luta e a conquista das reivindicações e dos direitos.

ASSINA! O APÊLO DE VIENA

Os inimigos da paz procurampanhas de massas, e princ-

MOVIMENTO ESTUDANTIL

O VII Congresso Estadual dos Estudantes Secundários de Sergipe será realizado nos dias 2,3,4 e 5 de julho. Os pontos mais importantes que constam do Temário são os seguintes:

- Situação econômica dos estudantes;
- Moralização do ensino e
- Eleições da U.S.E.S.

Nossa seção chama a atenção dos estudantes no sentido de que prestigiem o VII Congresso comparecendo às suas sessões. Comparecendo ao Congresso, os estudantes poderão julgar a atuação dos delegados e reconhecer

Fonte: Folha Popular Nº 35 (26/6/1955)

Em contraponto as Ligas Camponesas, que defendiam uma reforma agrária radical, o sindicalismo rural, que era agitado pelo PCB, nada tinha de revolucionário, era uma forma de organização feita através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

(ULTAB), organização essa que surge “em São Paulo, no final do ano de 1955, pelos comunistas, com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais do Brasil” (MORAIS, 2012, p.47), contudo as Ligas não se filiam a ULTAB justamente porque o PCB seguia uma forma de luta que se limitava aos regimes legais da época.

Prova dessa movimentação por dentro da legalidade, sai uma matéria na edição 37 do Jornal *Folha Popular* (figura 5) sobre a campanha de reforma agrária lançada pela ULTAB, que buscava arrecadar assinaturas para protocolar o documento, o trecho da matéria de número 37 de 1955 dizia o seguinte “A Campanha Nacional pela Reforma Agrária lançada pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) corresponde a um anseio secular do campesinato brasileiro e aos interesses da maioria esmagadora da nação, desde o proletariado das Cidades até importantes setores de indústria, comerciantes, sitiantes e fazendeiros”. Enquanto isso as Ligas Camponesas se organizavam para através do mote “Reforma Agrária na Lei ou Na Marra” mostrando uma clara inclinação a subversão real.

Figura 5 – Campanha pela Reforma Agrária.

5 Milhões de Assinaturas
Pela Reforma Agrária
Uma Campanha Que Interesse à Maioria do Povo Brasileiro

MOVIMENTO ESTUDANTIL
Realizado o VII Congresso dos Secundaristas

Como Coletar Assinaturas Pela Reforma Agrária

Horários de Trens

Fonte: Folha Popular Nº 37 (16/7/1955)

No ano de 1956 o Jornal *Folha Popular* passou quase o ano todo sem tocar no assunto da Reforma Agrária, foram 13 edições sem agitar a luta camponesa. Um dos motivos principais pode ser “processo denominado de desestalinização, que começa com o XX Congresso do PCUS, nele Kruchev denuncia o que fora negativo no governo de Stalin (1924-1953) e propõem o fim do que se chamou de Culto a Personalidade.” (CARONE, 1982, p.8).

Dessa forma, esse processo tomou boa parte da atenção do Partido, que levou a um processo de diversos questionamentos, análises e polêmicas da imprensa partidária. Mas seria importante considerar também se houve alguma orientação nacional para que o jornal deixasse de lado outras temáticas por conta disso, ou se essas discussões afetaram no trabalho na imprensa de militantes de Sergipe que também atuavam a nível nacional, como o próprio diretor do Jornal Fragmon Carlos.

A primeira edição que vai tratar o tema em 1956 vai ser em novembro, mas nada que tenha teor agitativo pela reforma agrária (figura 6). Contudo, naquela época o acesso a leitura, ainda mais para um trabalhador rural era algo pouco acessível, com isso.

Mesmo não tendo um caráter agitativo para com a reforma, o PCB em Sergipe, através da *Folha Popular* buscava orientar e educar os camponeses sobre aspectos centrais das condições de vida e do trabalho para que conhecesse seus direitos diante do patrão, como demonstrado na edição de número 105 do jornal *Folha Popular*, dessa forma o periódico estava servindo para criar uma nova forma de consenso, algo que se conecta diretamente com a ideia de Gramsci sobre Hegemonia

Ainda em 1956, segundo a edição número 108 do Jornal *Folha Popular* (figura 7), aconteceu a instalação da 1ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Minas Gerais que aconteceu na capital Belo Horizonte. A conferência, contou com a presença do Governador Bias Fortes, que inclusive presidia a conferência.

Figura 6 – 1ª Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas



A matéria traz a posição clara do Partido Comunista de voltar seus esforços para uma Reforma Agrária Democrática, que buscava mudanças via leis e instituições, alinhada ao projeto de "revolução democrático-burguesa" defendido por parte da esquerda (CABRAL, 2015, p.83-84). Contraponto a tese das Ligas Camponesas e dos trabalhadores rurais de uma Reforma Agrária mais radical e que rompesse de fato com a estrutura do capital

5.2.FOLHA POPULAR 1959

Em 1959, começa o ensaio político para as eleições de 1960, onde o PCB direcionava a imprensa partidária para agitação da Candidatura do Marechal Lott, candidato a presidência pela coligação PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).


Essa agitação fazia parte dos interesses do PCB, principalmente após a publicação da Declaração Sobre a Política do PCB de 1958, que ficou conhecida como “Declaração de Março”. Nele, o partido realizou uma análise concreta da realidade brasileira, reconhecendo o desenvolvimento capitalista nacional como “o elemento progressista por excelência da economia brasileira” (Comitê Central do PCB, 1958, p. 1)

A Declaração apontou como eixo estratégico a formação de uma ampla frente única de caráter nacionalista e democrático, capaz de agregar o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia, a burguesia nacional e até mesmo segmentos do latifúndio que apresentassem contradições com o imperialismo. O objetivo seria a constituição de um governo de coalizão nacionalista e democrático, comprometido com uma política externa autônoma, com o avanço do desenvolvimento econômico de caráter progressista e com a ampliação da legalidade democrática (Comitê Central do PCB, 1958, pp. 13-19).

Baseado na declaração e principalmente no eixo estratégico, temos no jornal *Folha Popular* fazendo essa agitação também e claro, com a reforma agrária sendo um dos pontos principais (figura 8)

Figura 7 – Reforma Agrária e Nacionalismo

Reforma Agrária e Nacionalismo São as Minhas Bandeiras - AFIRMOU O MARECHAL LOTT NO RIO GRANDE DO SUL



ARACAJU — 10 DE OUTUBRO DE 1959 — Nº 245 — ANO VI

SEI TAI ãO VAIE IIM MII HÃO

Falando aos ferroviários gaúchos, na sua última visita ao Rio Grande do Sul, o marechal Teixeira Lott, discursando fez os seguintes e positivos pronunciamentos:

— «Eu nunca fui contra a reforma agrária. Acho que a reforma agrária é uma necessidade, mas não se deve limitar apenas à redistribuição de terras. Dar terras aos camponeses, simplesmente, não adianta. O que adianta é dar terras aos camponeses, mas não ficar só nisso: dar também a eles assistência técnica e financeira.

— Defenderei, como Presidente da República, o direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados. Lutarei pela nacionalização dos depósitos bancários e pelo controle justo e rígido da saída dos lucros dos capitais estrangeiros empregados no Brasil — afirmou».

Fonte: Folha Popular Nº 245 (10/10/1959)

Além da questão eleitoral, o jornal em 1959, se volta também para os interesses agrários diretamente em Sergipe, algo que não tinha sido abordado até agora, era sempre regionalizado (nordeste) ou nacional. Na edição de 14 de fevereiro de 1959 (Figura 9) temos uma redação rápida de agitação pela reforma agrária em Sergipe. O recorte jornalístico intitulado “Sergipe e a Reforma Agrária” ilustra de forma exemplar a estratégia de luta legal pela terra adotada por setores progressistas no final dos anos 1950 e início dos 1960.

O texto apresenta a Constituição Estadual de Sergipe como um “formidável instrumento” colocado à disposição dos camponeses para a posse organizada e legal da terra. Novamente temos a expressão reformista (e nada revolucionária) do Partido Comunista Brasileiro, de adentrar a luta pelo campo pelos meios legais, sempre se pautando na constituição e no apoio de parlamentares para alcançar seus objetivos.

Figura 8 – Sergipe e a Reforma Agrária

SERGIPE E A REFORMA AGRÁRIA

A Constituição Sergipana oferece a todos os camponeses um formidável instrumento para a luta legal e organizada pela posse da terra.

E que a nossa Constituição, que em sua fase de elaboração contou com a colaboração de deputados progressistas como o sr. Orlando Dantas, Armando Domingues, Francisco de Araujo Macedo, Armando Rollê-

berg, Manoel Ribeiro, Seixas Dória e outros, preceitua:

Socialização paulatina da propriedade, pela extinção progressiva dos latifúndios (art. 122);

Desapropriação das terras não aproveitadas (arts. 123 e 124);

Loteamento a prazos longos e juros módicos, das grandes propriedades «situadas em torno das cidades e vilas», visando ao abas-

tecimento de gêneros de consumo imediato (art. 120).

Assistência honesta e assídua aos que estejam nas condições de usucapir «trechos de terra não excedente a vinte e cinco hectares», depois de havê-lo ocupado e trabalhado por dez anos consecutivos (art. 128);

Observância segura dos artigos 129, 130, 131 e 132 da nossa Carta Constitucional, to dos relacionados com a questão Agrária.

Fonte: Folha Popular Nº 213 (14/02/1959)

Além da agitação em Prol da reforma agrária estadual, o jornal local do PCB também iniciava a agitação para a I Conferência da ULTAB, que ocorreu no dia 18, 19 e 20 de setembro. (Figura 10) Essa conferência e a própria existência da ULTAB mostrava novamente a divergência da luta do campo entre os aparelhos ligados ao Partido Comunista e os movimentos de massa representado pela Ligas Camponesas.

A ULTAB era uma organização de tipo clássico e constituía uma experiência que o partido Comunista já havia posto em prática no período 1945-1947, sem maiores resultados, a não ser o de reunir grande número de filiados e de eleitores. sua tática residia na acumulação de forças, através de um trabalho de apoio a reivindicações e a interesses econômicos dos trabalhadores agrícolas (assalariados e camponeses). as ligas, ao contrário, atuavam no sentido de despertar a consciência política entre os camponeses, para que no momento histórico pudessem decidir sobre seu destino. (MORAIS, 2012, p.49)

Figura 9 – I Conferência da ULTAB

A Um Mês da I Conferência da ULTAB

Lyndolfo Silva

Dentro de um mês, ou, mais precisamente, nos dias 18, 19 e 20 de setembro próximo, reunir-se-á, em São Paulo, a I Conferência da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Em vários Estados, aceleraram-se os preparativos para a escolha dos delegados das organizações filiadas, aderentes ou afins da ULTAB, que, segundo as normas da conferência, participarão dela com direito a voz e voto. Delegados também estão sendo eleitos em assembleias municipais, distritais e locais (fazendas, usinas, etc.) No Estado do Rio deverá realizar-se uma conferência estadual de lavradores, na qual reunir-se-ão os representantes eleitos em dezenas de municípios do

são e o encaminhamento das soluções do problema da terra em nosso país, a ULTAB cumpre uma função altamente positiva no processo de formação de um poderoso movimento de opinião pública, sem o qual as resistências dos setores reacionários do Parlamento não poderão ser vencidas. Sem dúvida, são os camponeses os que devem formar a massa fundamental integrante desse movimento. Para a realização do seu papel, a ULTAB vem contando com o apoio do movimento sindical operário e de personalidades filiadas a diferentes partidos.

A I Conferência da ULTAB ocupar-se-á, também, do exame da atual situação das organizações de lavradores e tra-

Figura 10 – I Conferência da ULTAB

Marcada para setembro a conferência da ULTAB

Importantes resoluções do Conselho de Representantes da ULTAB – Fortalecimento das associações de lavradores e trabalhadores agrícolas – Movimento de opinião pública em favor de medida de reforma agrária – Preenchidos os cargos vagos na Comissão Executiva

Fonte: Folha Popular Nº 219 (04/04/1959)

O ano de 1959 foi bastante agitado, ainda mais tendo em vista o projeto presidencial tocado pelo Marechal Lott com apoio do PCB. Onde o principal objetivo era formar um governo nacionalista e de frente ampla democrática, para que dessa forma se abrisse caminho para as reformas e a resistência ao imperialismo, principalmente na área do Petróleo, que se tinha um grande embate com a Standard Oil. Dessa forma caminhamos para o último ano que esse TCC irá abordar, que é o ano de 1960, onde teremos a vitória de Jânio Quadros, com Jango sendo seu vice.

5.3. JORNAL FOLHA POPULAR 1960

O ano de 1960, ano de eleição, a última antes do golpe de 64 que mancharia de sangue a terra brasileira. Nesse ano, o jornal local do PCB, a *Folha Popular* giraria toda sua atenção para a questão eleitoral. Partido Comunista Brasileiro participou de forma indireta, afinal, estava na ilegalidade, mas ativa, apoiando a chapa Henrique Lott (PSD-PTB) para presidente e João Goulart (PTB) para vice. Essa posição foi definida pela “Declaração de Março de 1958” e consolidada no V Congresso (setembro de 1960), que priorizou a luta pela legalidade partidária, mudou o nome oficial para Partido Comunista Brasileiro (mantendo a sigla PCB) e adotou a tese de que a contradição principal era a emancipação nacional contra o imperialismo, e não o conflito de classes imediato.

O jornal tratou de dar atenção a duas questões, a desmoralização de Jânio Quadros (Figura 11) e a exaltação do Marechal Lott (figura 12), onde claramente fica nítido o abandono da disputa pela construção do socialismo, por se entender que nesse momento era necessária uma aliança com a burguesia industrial e setores do exército para um projeto nacional-democrata.

Figura 11 – Ataques a Jânio

Jânio e a Sua «Moralidade» Administrativa

Fatos e Não Palavras

1 — FINANÇAS

a) EQUILIBRIO ORÇAMENTARIO: 1954: Recebu o orçamento com deficit de 4 bilhões e 200 milhões; 1955: Deixou o orçamento com deficit de 4 bilhões e 400 milhões*.

b) DÍVIDA PÚBLICA: 1954: Dívida da Fazenda do Estado — 36 bilhões e 101 milhões; 1955: Dívida da Fazenda do Estado — 42 bilhões e 208 milhões*.

Se espartarmos as dívidas das autarquias estaduais e das ferrovias do Estado, teremos: 1954: Dívida global do Estado — 37 bilhões e 18 milhões; 1955: Dívida global do Estado — 39 bilhões e 606 milhões. (Diferença para mais: 12 bilhões e 598 milhões)*.

c) IMPOSTOS: Aumentou todos por duas vezes, nos quatro anos. O de vendas e comunicações arroz, feijão, carne, leite, etc. rendeu: TIEZENTOS E VINTE por cento a mais*.

2 — PLANO DE FAVIMENTAÇÃO

a) Aplicações para as rodovias troncos e processo de pavimentação indicado só para as estradas de baixo índice de tráfego ("faro roads" ou estradas rurais). Quase tudo está sendo feito de novo.

b) Rodovias do Departamento de Estradas de Rodagem: * "Contra empréstimos no montante de 2 bilhões de cruzados"; * "A receita do DIER está comprometida por dez anos, devendo pagar, anualmente, mais de 800 milhões em amortizações e juros."

3 — PLANO DE ELETRIFICAÇÃO

a) Não elaborou plano algum. Apenas um programa de obras;

b) Arrendou para eletrificação, obra de 1 bilhão de cruzados em impostos;

c) Ausentou a produção de energia em agosto de 1955, quando, já em 1955, o déficit energético do Estado era de 437 mil kw, provendo-se um déficit futuro de 3 milhões de quilowatts;

d) Contratou a construção de usinas, mas deixou a distribuição da energia a companhias estrangeiras, ao invés de reservar para o Estado o privilégio da distribuição. At está a marca estrangeira de Sr. Jânio Quadros, no que tange à energia elétrica;

e) Entregou os bilhões arrecadados para eletrificação a duas sociedades anônimas. Assim, todo o dinheiro gasto até agora não sofre o escrutínio do Tribunal de Contas com a Assembléia Legislativa, sob o pretexto de que essas companhias são sociedades anônimas. A falta de concordância para aquisições que montem a bilhões, propicia todos os tipos de negócios;

f) Num Estado prólogo de quedas d'água, adquiriu, 80 mil usinas movidas a óleo, que duram em média dois anos (40 bilhões). E mais três maiores, também a óleo (400 bilhões). A energia assim produzida custa, no mínimo, três vezes mais.

4 — FUNCIONALISMO

Demitiu 11 mil servidores públicos. Admitiu e nomeou 40 mil. Como se vê, a demagogia perfeita, tanto quanto o crime perfeito, não existe. No caso do Sr. Jânio Quadros ocorreu também o comissão do pequeno detalhe revelador: ao sair do Governo, Sr. Quadros, se esqueceu de mandar fechar e trancar as portas do "Diário Oficial"...

Fonte: Folha Popular N° 288 (27/08/1960)

Figura 12 – Exaltação de Lott

LOTT Apresenta Sua Plataforma Nacionalista

Em seu discurso na Convenção do PTB, o marechal Henrique Lott, abordou, entre outros, os seguintes problemas:

NACIONALISMO — «Sou nacionalista. O nacionalismo é a única posição compatível com a dignidade e a arma para a emancipação do país. Só, senão através do nacionalismo, independentemente de doutrina, regimes e sistemas de governo, poderemos regular, nesta hora, os superiores interesses do povo brasileiro.»

POLÍTICA EXTERIOR — «É meu propósito, como presidente da República, continuar mantendo as melhores relações de amizade, além das imprevisíveis relações comerciais, com todas as nações do mundo em que vive a democracia. É preciso que trabalhe também nós, com os asiáticos e africanos, com os ocidentais — para melhorar a libertação de todos os oprimidos e injustiçados. Somos os mais numerosos dos terceiros dos habitantes do planeta. Por que, então, haveremos de continuar na submissão, que é o primeiro degrau da espolição? Devemos fazer-nos ouvir em todos os concílios, em todas as reuniões, afirmando os nossos direitos, reclamando o que nos foi devido, comarcando com todos os povos, ampliando a nossa esfera de interesses e contactos. Devemos, corajosamente, comprar as técnicas que nos faltam onde não las quiserem vender.»

POLÍTICA CONTINENTAL — «Devemos propagar por uma política emancipadora. As relações entre as nações americanas devem se basear mais no terreno econômico do que no terreno puramente político.»

Petróleo e seus derivados em grande escala, novas e poderosas minas de produção de aço em quantidades elevadas; utilização do carvão nacional e materiais plásticos; poderosas hidroelétricas, milhares de quilômetros de auto-estradas asfaltadas; indústrias de base, pesadas, de automóveis, caminhões e tratores, devem formar o arcabouço da nova civilização brasileira e representar iniciativas que, muito breve, contribuirão, decisivamente, para a valorização da nossa moeda. É necessário modernizar e automatizar a indústria.»

REFORMA AGRÁRIA — «Há a necessidade de progressivamente por a serviço da coletividade brasileira os latifúndios improdutivo. Inicialmente, procurar-se-á regularizar a posse das áreas já cultivadas por lavradores que não sejam os proprietários desses espaços cultivados, sejam tais áreas de propriedade da União ou mesmo de particulares desinteressados na sua exploração. A seguir, devem ser estabelecidas normas que regulem a alienação das terras da União e dos Estados, de forma que sejam atribuídas aos trabalhadores rurais, para a produção efetiva, e não venham a servir para a especulação imobiliária. Existe um dos aspectos da reforma agrária, também pendente de solução legislativa». Aos lavradores deve ser assegurada assistência técnica, concedidos créditos láceis, a longo prazo e juros módicos, seguro agrário permanentemente, isenção de todos os impostos às cooperativas de produção e estabelecimento de uma poderosa rede de silos e armazéns.»

PROBLEMAS DA CLASSE OPERÁRIA — «Não permitirei sejam eliminados os di-

fortalecidos prestigiados. No que se refere a profissional social, tenho que confessar, com constrangimento, que ela praticamente não existe. Por esta razão ela marcará do meu governo cuidados especialíssimos.»

EDUCAÇÃO — «Pretendo dedicar-me atentamente ao problema da educação e do ensino. Multiplicarei o número de escolas e de professores em todo o país, para todos os estágios e graus de instrução. Darei especial preferência ao desenvolvimento do ensino técnico, médio e superior. Não é possível que somente uma pequena elite social consiga dar aos filhos o que a Constituição da República determina que se dê a todos os brasileiros.»

FUNCIONALISMO — «A reclassificação e necessária e deve ser feita em bases mais acordadas com o real interesse da coletividade brasileira, tanto no que tange ao incentivo dos trabalhadores intelectuais burocratas ou manuais, como no concernente à assistência efetiva à família.»

CAPITAL ESTRANGEIRO — «Deve ser regulamentada a remessa de lucros das empresas estrangeiras. É impossível impedir-se que o suor dos brasileiros sirva para locupletar a bolsa dos capitais estrangeiros.»

NORDESTE — «Cumpra ao governo realizar investimentos em transporte, energia elétrica, irrigação e fomentar a industrialização do Nordeste. A recuperação e o aproveitamento do Nordeste será questão de honra para o meu governo.»

LEGALIDADE DEMOCRÁTICA — «Acusar-me de golnista, nome, apelido de gol-

Fonte: Folha Popular N° 265 (05/03/1960)

Inclusive, vai ser nesse único momento, presente na figura 12, que vai haver uma maior citação a reforma agrária, na plataforma nacionalista de candidatura de Lott, onde ele fala sobre uma reforma parcial e fragmentada. Onde o primeiro passo é legalizar as terras já ocupadas e depois caminhar para a questão das terras improdutivas, mas em nenhum momento cita os grandes latifundiários ou a quebra dos latifúndios.

Além disso, essa eleição revela uma grande contradição no posicionamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB), especialmente ao defender o general Henrique Teixeira Lott contra as críticas dos udenistas relacionadas à sua origem militar. O PCB, em sua propaganda, recorre a exemplos de líderes militares ao redor do mundo que supostamente governaram com sucesso, como Stalin e Roosevelt, para argumentar que um militar pode ser um bom administrador civil. No entanto, essa estratégia expõe uma incoerência flagrante, pois inclui figuras como o general Eurico Gaspar Dutra, que, apesar de ser citado como um exemplo positivo de militar no poder, foi justamente o responsável por colocar o PCB na ilegalidade em 1947 e por perseguir comunistas de forma implacável, com prisões, torturas e repressão política.

A imagem (figura 14), extraída do jornal *Folha Popular*, ilustra perfeitamente essa contradição. Sob o título "Lott Bom Militar Poderá Governar Com Êxito o Brasil", o texto rebate as "alegações falsas dos udenistas" (membros da União Democrática Nacional, UDN, opositores de Lott), afirmando que militares podem governar bem e listando exemplos históricos para sustentar essa ideia. No âmbito nacional, cita líderes como o Duque de Caxias (primeiro-ministro no Império), Floriano Peixoto (presidente da República) e, notadamente, Dutra, destacando suas realizações como a construção de refinarias de petróleo, a rodovia Rio-São Paulo e a usina de Paulo Afonso. Internacionalmente, menciona Stalin (marechal soviético e construtor do socialismo na URSS), Eisenhower (general e presidente dos EUA), Theodore Roosevelt (coronel e presidente dos EUA), Andrew Jackson (general e presidente dos EUA), Anthony Eden (major e primeiro-ministro britânico), Gamal Abdel Nasser (coronel e presidente da República Árabe Unida), Lázaro Cárdenas (general e presidente do México) e José Félix Uriburu (aparentemente referido como "Justo", general e presidente da Argentina).

O PCB, apesar de sua ideologia anti-imperialista e pró-trabalhadores, via em Lott um defensor da legalidade constitucional, o que o tornava um aliado tático contra os udenistas, acusados de golpismo. No entanto, ao recorrer a exemplos como Dutra, o partido expõe sua flexibilidade ideológica, priorizando a vitória eleitoral sobre a coerência histórica.

Figura 14 – Dutra é exemplo?



Fonte: Folha Popular Nº 288 (27/08/1960)

As eleições de 1960 se encerram com a vitória de Jânio para presidente e de Goulart para vice. Abrindo assim o caminho para um governo ambíguo e de disputas internas, que resultará na renúncia de Jânio, na posse de Jango, no Parlamentarismo e por fim no Golpe de 64.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho partiu da premissa de que o jornal não é um mero repositório de fatos, mas um objeto histórico, uma fonte privilegiada e, sobretudo, um agente político ativo. Ao eleger a *Folha Popular*, órgão sergipano do Partido Comunista Brasileiro entre 1955 e 1960, como centro da análise, buscamos demonstrar como um periódico partidário, inserido em uma conjuntura de ilegalidade intermitente e de intensa disputa ideológica, atuou simultaneamente como instrumento de agitação, organizador coletivo e arena de construção de hegemonia.

A leitura “a contrapelo” proposta por Tânia de Luca revelou-se fecunda. Longe de tomarmos o jornal como espelho neutro da realidade rural sergipana, percebemos que suas páginas foram o campo de batalha simbólico onde o PCB disputou o sentido da questão agrária.

A *Folha Popular* não apenas noticiava conflitos fundiários: ela os nomeava, hierarquizava e orientava. Ao denunciar o latifúndio, exaltar o sindicalismo rural legal (via ULTAB) e silenciar ou minimizar as táticas mais radicais das Ligas Camponesas.

Essa estratégia discursiva reflete, com clareza, a linha política do PCB no período: aliança com setores da burguesia nacional, priorização da luta anti-imperialista sobre a luta de classes imediata e aposta na acumulação de forças através de frentes amplas. O jornal cumpriu, assim, com precisão a função leninista de propagandista, agitador e organizador coletivo. Ao mesmo tempo, atuava como um aparelho que disputa a consenso da classe trabalhadora: difundia uma concepção de mundo que buscava deslocar o consenso dominante, ainda que dentro de limites reformistas que, retrospectivamente, revelam-se estreitos diante da radicalidade que viria a explodir no campo brasileiro nos anos seguintes.

A análise cronológica das edições (1955-1960) permitiu observar oscilações significativas: em 1956 houve um relativo silêncio sobre a reforma agrária na produção jornalística. Quanto a isso, cabe questionar se há alguma relação, direta ou indireta, entre a diminuição da quantidade de matérias que abordam o tema da luta camponesa, da luta pela terra e da reforma agrária, e o processo de desestalinização que se iniciava no mesmo período e que dragou as atenções da militância comunista. Embora nessa pesquisa não tenha sido possível encontrar indícios que apontam para a conexão direta entre essas questões, seria interessante explorar o assunto em um outro momento, pensando inclusive nos impactos do processo de crítica e autocritica acerca do stalinismo na imprensa do Partido a nível nacional. Outra característica que identifiquei a partir da leitura das edições foi uma tímida retomada do tema da reforma agrária a partir de 1959, sob a bandeira da candidatura Lott. Nesse caso, o tema da reforma agrária estava subordinado à campanha eleitoral de 1960

Ao final da pesquisa, fica evidente que a *Folha Popular* não foi apenas um veículo de comunicação do PCB em Sergipe: foi um dos principais dispositivos através dos quais o partido tentou transformar a questão agrária em problema nacional-democrático. Ao optar pela via legal, pela aliança com o PTB e pelo discurso do “desenvolvimento progressista”, o jornal acabou por contribuir, de forma contraditória, para a desmobilização relativa das forças mais radicais que, poucos anos depois, iriam protagonizar ocupações, ligas e confrontos diretos com o latifúndio.

Em termos historiográficos, o exercício realizado reforça a potência analítica dos jornais partidários quando tratados com o devido rigor metodológico: identificação de financiadores, editores, público-alvo, cruzamento com outras fontes e atenção às ausências. A *Folha Popular*, longe de ser uma fonte “pouco confiável” por sua parcialidade declarada, mostrou-se um documento riquíssimo precisamente porque sua parcialidade era assumida e programática.

Por fim, estudar a *Folha Popular* é também estudar uma derrota estratégica. A derrota do projeto reformista do PCB, soterrado pelo golpe de 1964, não anula o valor histórico do jornal. Ao contrário: ele nos permite compreender como, em um contexto de repressão e ilegalidade, um grupo político tentou construir consenso, formar quadros e disputar o imaginário social a partir de um pequeno periódico impresso em Aracaju. Nesse sentido, a *Folha Popular* permanece como testemunho de uma geração que acreditou ser possível, através da imprensa, da organização e da frente ampla, mudar o destino da terra brasileira.

REFERÊNCIAS

CARONE, Edgard. **O P.C.B.: 1943-1964**. São Paulo: Difel, 1982. v. 2, 325 p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980. 128 p. (Coleção Primeiros Passos, 13).

DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. 2. ed. Aracaju: Editora SEDUC, 2022. 332 p. (Bicentenário da Independência do Brasil).

GILFRANCISCO. **Últimas partes: o caso Fragmon Carlos Borges**. Infonet, Sergipe, 9 maio 2015. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/ultimas-partes-o-caso-fragmon-carlos-borges/>>. Acesso em: 19 fev. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002. 6 v.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?: questões candentes de nosso movimento**. São Paulo: Boitempo, 2020. 224 p. (Arsenal Lênin).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Por Onde Começar?**. Tradução de Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais (CEPPES). [S. l.]: Marxists Internet Archive, 1901. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1901/05/onde.htm>. Acesso em: 26 fev. 2024.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-134.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das Ligas Camponesas do Brasil (1969)**. In: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 21-77. (A questão agrária no Brasil, v. 4).

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Programa da Revolução Democrática e Nacional (Aprovado no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil — julho de 1954)**. [S. l.]: Marxists Internet Archive, [20--?]. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em: 22 jan. 2026.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Declaração sobre a política do PCB (Março de 1958)**. [S. l.]: Marxists Internet Archive, mar. 1958. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>. Acesso em: 12 fev. 2026.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO. **Resoluções do V Congresso do PCB**. [S. l.]: Marxists Internet Archive, set. 1960. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1960/09/congresso.htm>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SANTOS, Railton Souza. **Entre o trabalhismo e o comunismo: projetos para o Brasil nas páginas dos jornais sergipanos, Fôlha Trabalhista e Fôlha Popular (1961 – 1964)**. 2018. 184 f. Dissertação (Mestrado em História) - **Programa de Pós-Graduação em História**, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018. Orientador: Lourival Santana Santos.

SEIXAS, Kátia Patrícia Santos. Agonalto Pacheco: **Um militante do Partido Comunista Brasileiro**. In: **GETEMPO**. Aracaju: Infonet, 24 ago. 2018. Disponível em: <https://infonet.com.br/blogs/agonalto-pacheco-um-militante-do-partido-comunista-brasileiro/>. Acesso em: 12 fev. 2026.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. 635 p. (Coleção Retratos do Brasil, v. 51).

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas - 1954-1964**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 224 p. (A questão agrária no Brasil, v. 4).

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária 1946-2003**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 220 p. (Coleção A Questão Agrária no Brasil, v. 3).

JORNAIS

Fôlha Popular (SE) – 1961-1964 (disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe)